

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 - DF
(2014/0123641-4)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO
AMAPÁ - SINDPOL/AP
ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : FRANCISCO ELÍCIO DA SILVA
INTERES. : FRANCISCO OVIDIO CAMORIM
INTERES. : IBRAIM FERREIRA DIAS
INTERES. : ITALO MARQUES PICANCO
INTERES. : JOACINO DOS SANTOS NASCIMENTO
INTERES. : JOAQUIM DOS SANTOS FAIAL
INTERES. : JOAO BORGES
INTERES. : JOAO SILVEIRA BARRETO
INTERES. : JOSE ARAGUARINO DE MONT ALVERNE
INTERES. : JOSE DORNELAS COSTA
INTERES. : JOSE FERREIRA DA SILVA
INTERES. : JOSE FERREIRA GUEDES
INTERES. : JOSE GURJAO PANTALEAO
INTERES. : JOSE LIMEIRA TAVORA
INTERES. : JOSE SOARES DE SOUZA FILHO
INTERES. : JOSE SOARES DUARTE
INTERES. : JOSIMAR FURTADO MONTEIRO
INTERES. : MANOEL DE JESUS MIRANDA DA SILVA
ADVOGADOS : PAULO SÉRGIO CUNHA - DF019763
ADEMIR DE SOUZA ALVES - AP001827
INTERES. : MANOEL DOS SANTOS BRITO
INTERES. : MANOEL FRANCA DA CONCEICAO
INTERES. : MANOEL GENTIL DOS SANTOS
ADVOGADO : ADEMIR DE SOUZA ALVES - AP001827
INTERES. : MARIO DA SILVA MELO
INTERES. : MARIO FERREIRA DUARTE
INTERES. : MATIAS PINHEIRO DE VILHENA
INTERES. : MAURILO SILVA

DECISÃO

Com o trânsito em julgados dos embargos à execução e a determinação de desmembramento da execução original, o Sindicato exequente apresentou os cálculos relativos ao grupo de substituídos relacionados à fl. 9.

Intimada a se manifestar acerca dos valores executados, a União se insurgiu contra os seguintes pontos (fls. 1435-1499): *a) Foi utilizada a*

variação do IPCA-e para a atualização dos cálculos a partir de jul/2009, quando o correto seria a variação da TR [...]. b) Os juros moratórios foram majorados haja vista que não foram limitados à data do trânsito em julgado dos embargos (13/06/2012 – fl. 2382 do EmbExeMS). c) Não foram aplicados juros moratórios sobre os valores pagos administrativamente, superestimando o saldo final. d) Para os substituídos FRANCISCO OVIDIO CAMORIM, JOSE LIMEIRA TAVORA, MANOEL GENTIL DOS SANTOS e MATIAS PINHEIRO DE VILHENA não foram apurados valores tendo em vista a ocorrência dos seus respectivos óbitos em data anterior ao termo inicial da conta, conforme verificado nos documentos do SIAPE anexos. e) Para os substituídos FRANCISCO ELICIO DA SILVA e JOSIMAR FURTADO MONTEIRO não foram apurados valores, uma vez que após a limitação dos cálculos à data dos respectivos óbitos (documentos do SIAPE anexos) e a dedução dos valores pagos, não restou nada devido. f) Os cálculos dos substituídos JOAO BORGES, JOSE SOARES DUARTE e MARIO FERREIRA DUARTE, deveriam ser limitados à data do seu respectivo óbito, conforme discriminada nos documentos do SIAPE anexos. g) Não foram abatidos os valores relativos aos honorários sucumbenciais fixados nos embargos.

Em resposta, a parte exequente rechaçou os argumentos da UNIÃO e requereu a inversão do ônus da sucumbência. Ao fim, pleiteou a expedição de requisições dos valores incontroversos reconhecidos pela União com destaque dos honorários advocatícios.

A decisão de fls. 1530-1531 deferiu o pedido de expedição das requisições de pagamento de valor incontroverso e o destaque de honorários advocatícios, o que foi providenciado pela CEJU (fl. 1539).

Foram apresentados diversos pedidos de habilitação, todos pendentes de apreciação.

É o relatório.

DECIDO.

Passo à análise dos pontos questionados pela executada na petição de fls. 1.435-1.499, a fim de possibilitar a apuração de eventuais valores remanescentes aos substituídos:

(a) Índice de correção monetária

Conforme consta da movimentação processual do RE n. 870.947, processo submetido à sistemática de repercussão geral em que se discute o índice de correção monetária que deve ser aplicado nas contas de liquidação em condenações impostas à Fazenda Pública, há julgamento pautado para o dia 3 de outubro próximo, de forma que, para permitir a liquidação do julgado,

determino a utilização do IPCA-E, estabelecendo, desde já, que sejam adotados os índices determinados pelo STF no julgamento do referido recurso, inclusive com eventuais alterações feitas em sede de embargos de declaração lá pendentes.

Nesse sentido, considerando que o STF concedeu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos no RE n. 870.947, entendo que, por cautela, devem ser feitos dois cálculos: um utilizando a taxa referencial como correção monetária, e outro o IPCA-E, sendo que **a expedição do precatório dos valores remanescentes, se houver, se dará pelo primeiro cálculo**. Além disso, um novo precatório complementar deverá ser expedido quando transitar em julgado o recurso extraordinário, observando eventuais modificações no julgamento, conforme já estabelecido.

(b) Termo final dos juros de mora

Quanto ao termo final dos juros de mora, deve ser considerado o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE n. 579.431, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema n. 96, veio a fixar a tese de que *incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório*.

(c) Juros no pagamento administrativo

O pagamento administrativo deve ser abatido da dívida na data em que ocorreu. Desse modo, a partir deste abatimento, não há mais juros incidindo sobre o montante já quitado, razão pela qual também não devem ser calculados juros sobre os pagamentos.

(d) Falecidos antes do termo inicial das contas e no curso do período de apuração

O sindicato é parte legítima para representar os pensionistas da categoria, bastando, portanto, regularizar a habilitação processual no feito a título de credor de pensão. Dessa forma, será possível continuar a execução nos mesmos autos. Nesse sentido vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça. A esse respeito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FALECIMENTO DO SERVIDOR ANTES DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO SINDICATO PARA REPRESENTAR O PENSIONISTA. O título executivo oriundo de ação coletiva abrange os servidores e pensionistas incluídos na categoria representada pelo substituto processual. Assim, impõe-se considerar que o Sindicato possui legitimidade ativa ad causam para substituir a pensionista, em execução de sentença, diante da natureza do vínculo que a

pensão gera em relação ao servidor falecido, independentemente de seu óbito ter ocorrido antes do ajuizamento da execução. Precedentes: REsp 1.276.388/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/11/2011; AgRg no REsp 1.224.482/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/10/2015; AgInt no REsp 1.744.661/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 3/10/2018.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1740853/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 22/04/2019).

Nesse caso, devem ser apresentados os documentos pessoais com o número de CPF do(s) pensionista(s) habilitado(s) junto ao órgão de origem do beneficiário falecido, bem como documentos do órgão de pessoal com indicação da cota parte da pensão durante o período de apuração das diferenças.

De outra forma, os valores devidos até a data do óbito são incorporáveis ao patrimônio do *de cujus*, caracterizando crédito de herança passível de ser transferido ao espólio.

Assim, para aqueles falecidos durante o período de apuração, os respectivos valores deverão ser requisitados parte em nome do espólio e parte em nome do(s) pensionista(s), nos termos acima indicados.

Advirto que a pretensão da executada em excluir substituídos falecidos antes do início do cálculo e limitar a conta à data do óbito é absolutamente nova e está acobertada pela coisa julgada.

(e) Honorários sucumbenciais

No que diz respeito à sucumbência, não há que falar em inversão do ônus da prova como requerido pela parte exequente. Tal verba fora fixada no julgamento dos embargos à execução, cuja decisão transitou em julgado em dezembro/2012, devendo, portanto, ser observado o que fora fixado naquela oportunidade.

(f) Pedidos de habilitação

Ressalto que a habilitação dos herdeiros tem o sentido de garantir a continuidade do processo, não tendo ligação direta e necessária com a questão relativa à definição dos quinhões hereditários e à divisão dos bens do *de cujus*, o que deve ser discutido no juízo do inventário.

É possível, em tese, que se admita a habilitação de herdeiros que, ao final, não receberão os bens objeto do processo, em decorrência da formalização da partilha feita pelo juízo da sucessão.

Por isso é que o fato de se admitir a habilitação de herdeiros não

decorre que tais herdeiros possam, desde logo, levantar valores nos autos, tendo em vista que, para tanto, é imprescindível a apresentação da certidão de inventariança ou do formal e da certidão de partilha, nos termos do art. 655 do Código de Processo Civil, ou da escritura pública de inventário e partilha, prevista na Lei n. 11.441/2007 c/c com o art. 610, § 1º, do CPC. Em qualquer caso, o documento deve **relacionar o crédito que se pretende levantar**.

Em face do exposto e considerando a regularidade da documentação apresentada, **defiro** as habilitações pretendidas às fls. 1112-1123, 1124-1140, 1141-1184, 1185-1218, 1219-1260, 1261-1287, 1288-1298, 1299-1350, 1351-1360, 1363-1390, 1393-1399, 1410-1422, 1423-1432, 1541-1546 e 1548-1582, este último com a ressalva abaixo, desde já esclarecendo que os requisitórios devem ser expedidos em favor do espólio e que eventual autorização para que os herdeiros procedam a levantamento de valores, será feita mediante respectiva comprovação da partilha regular, no juízo sucessório, do crédito que se pretende levantar, **no bojo do respectivo precatório ou RPV**, bem como de procuração com poderes específicos, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil.

No que diz respeito ao pedido de fls. 1548-1582, cabe a ressalva de que não foi apresentada procuração e nem documentos pessoais em relação a Maria Helena Pelaes dos Santos Elias da Silveira, filha de MANOEL GENTIL DOS SANTOS (fl. 1561).

O pedido de habilitação em relação ao falecimento de IBRAIM FERREIRA DIAS (fls. 1516-1522) não está devidamente instruído, uma vez que não foi apresentada procuração e nem certidão de óbito.

Quanto ao pedido de fls. 1584-1590, não foi comprovada a condição de herdeira de Gilson Carmo da Silva, sucessor de MANOEL DE JESUS DE MIRANDA DA SILVA.

Ante o exposto, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Execução Judicial para elaboração de novo cálculo com abatimento dos pagamentos administrativos na data em que ocorreram, certificando os critérios. Do cálculo, as partes deverão ser intimadas novamente, independente de nova conclusão.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de setembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção

